

Rui acusa União de perseguir a Bahia

Governador ressaltou que a Bahia é o 20º dos 27 estados em arrecadação per capita

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador Rui Costa reuniu ontem secretários, convidados e imprensa, no Salão de Atos da Governadoria, em Salvador, para o lançamento da Revista Terra Mãe 2017. Na ocasião, ele apresentou o balanço da gestão durante o ano. "Foram três anos de recessão severa e, mesmo que em 2018 tenhamos um crescimento na economia, ainda não vamos alcançar o patamar de 2014", lamentou. Em seu discurso, Rui lembrou que "houve um colapso em diversas áreas em vários Estados do país". "Tivemos que tocar o nosso neste cenário. Requer muito rigor fiscal e responsabilidade. A Bahia está entre os três estados que mais investiram no país nestes últimos três anos e só perdemos para São Paulo". Ele ressaltou que a Bahia é o 20º dos 27 estados em arrecadação per capita. "Nem todos estão conseguindo pagar suas obrigações, que é pagar salários em dia, pagar fornecedores em dia e manter os serviços públicos para população".

O petista seguiu com críticas ao governo Michel Temer (PMDB) pelo não repasse de recursos para a Bahia, chegando a acusar a União de "perseguição". "Uma política retrógrada de quinta categoria, que eu não esperava mais ver no Brasil, que é a União perseguir os Estados dada a sua opinião política, sociais e econômicas e a filiação dos seus governadores", vociferou. Ele destacou que a União deve cerca de R\$ 150 milhões em três obras ao Estado. Rui Costa falou ainda sobre a recessão que o país tem vivido nos últimos três anos e ressaltou que,

mesmo com esse cenário, a Bahia aparece no segundo lugar entre os estados do país que mais investiram. "Em 2015 e 2016, foram dois anos seguidos de PIB negativo, tem mais de 60 anos que isso não acontecia em nosso país. Como a Bahia não atrasou salário, não entrou em colapso, às vezes eu tenho a sensação que as pessoas acham que não está tendo crise e o tempo todo temos que lembrar no que nós estamos mergulhados, qual oceano estamos navegando".

Ainda tecendo críticas ao Planalto, ele afirmou que o "governo federal não faz absolutamente nada" para ajudar no combate à criminalidade no Estado. "Não é mais possível o governo federal lavar as mãos em relação a segurança", questionou. Ele defendeu leis mais duras contra o crime, sobretudo o de homicídio, e ainda pediu mais segurança jurídica para as instituições. "Precisamos ter segurança jurídica, o país precisa saber que a Constituição está valendo, não dá para esperar cada sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) para sabermos qual lei está valendo".

Foto: Matus Pereira/GOVBA



O GOVERNADOR Rui Costa reuniu ontem secretários, convidados e imprensa, no Salão de Atos da Governadoria, em Salvador, para o lançamento da Revista Terra Mãe 2017

Governo lança revista com balanço de ações

A Revista Terra Mãe 2017, editada pelo jornalista Ipojuca Cabral, da Secretaria de Comunicação Social (Secom), apresenta um balanço do trabalho realizado pela administração estadual ao longo do ano e antecipa algumas entregas já definidas para 2018.

"A revista é uma ferramenta que tenta resumir tudo aquilo que aconteceu no último ano. São três anos

de um governo mergulhado em uma recessão. Mas, como a Bahia não atrasa salário, parece que não há crise. Estamos cumprindo nossas obrigações com absoluto rigor fiscal e de despesas", afirmou Rui.

Na abertura do evento, o secretário de Comunicação Social, André Curvello, destacou que a publicação possui 148 páginas e tiragem de 10 mil exemplares. A revista teve a co-

laboração das assessorias de comunicação de todo o governo, mobilizando 20 jornalistas e 11 repórteres fotográficos. (HB)

O evento também foi marcado pela entrega do governador de uma placa em homenagem à repórter fotográfica Paula Fróes, da equipe da Secom. A fotografa venceu o concurso nacional 'Olhares Inspiradores 2017', da Canon.

Petista evita falar sobre eleições estaduais de 2018

O governador Rui Costa evitou tecer comentários sobre as eleições de 2018 ontem, em entrevista coletiva durante o lançamento da Revista Terra Mãe 2017. "Tenho evitado falar de eleição, porque o legislador até reduziu o prazo da eleição para 40 dias. Acredito que uma das intenções do legislador foi reduzir o custo da eleição e permitir mais tempo para que os governantes trabalhem mais e falem menos de política. E por isso estou adiando o máximo possível falar de eleição e me concentrando na gestão. Em algum momento isso vai entrar na pauta, mas não quero colocar essa pauta neste momento. Vamos continuar trabalhando", disse ele, que pode enfrentar o prefeito ACM Neto (DEM) nas urnas.

O petista acredita que podem acontecer alterações no cenário eleitoral até outubro do ano que vem, quando acontece o pleito. "As con-

dições só vão acontecer em junho do ano que vem. Então, antecipar agora um cenário... Os cenários vão mudando, tem muita coisa ainda para acontecer no Brasil. Acho prematuro ficar falando de eleição. Por isso, quero me concentrar nas entregas que nós temos que fazer nos próximos meses", analisou. Questionado sobre o impasse das emendas parlamentares, Rui foi enfático: "O que eu quero alertar a todos é o controle de gastos, que nós não abriremos mão. Existe uma lei federal hoje em vigor que controla o crescimento de gastos dos Estados. E eu vou manter o controle de gastos da Bahia, não vou permitir que a Bahia vire um outro estado qualquer de descontrolado, como alguns têm vivido", afirmou o gestor do executivo estadual.

Ainda na coletiva, Rui foi questionado sobre o acordo de leniência da Camargo Corrêa, que denunciou

um suposto cartel formado por empreiteiras que teria durado 16 anos e envolveria licitações de projetos de metrô em sete Estados – incluindo a Bahia. As irregularidades teriam acontecido antes de sistema metroviário de Salvador ter sido repassado ao governo estadual. "Quero afirmar que o episódio Camargo Corrêa e o Metrô de Salvador nada tem a ver com o que foi licitado a partir de 2013. A Camargo não participou nem da licitação e nem da obra do governo do Estado. A Camargo participou da obra na gestão do município de Salvador. O que todo mundo sempre suspeitava é que sempre vinha dinheiro e não dava para fazer. As mudanças foram feitas de modo inexplicável", analisou. O governador aproveitou para confirmar que os primeiros testes do metrô para Estação Aeroporto serão realizados a partir de amanhã. (HB)



RUI evitou tecer comentários sobre as eleições de 2018, em entrevista coletiva durante o lançamento da Revista Terra Mãe 2017

Vereadores aprovam VUP e LOA em sessão marcada por conflitos

ROMULO FARO
REPÓRTER

Os vereadores aprovaram três projetos do Executivo ontem na Câmara Municipal de Salvador: a LOA (Lei Orçamentária Anual) para 2018, o Projeto de Lei nº 634/17, que concede benefícios para o pagamento do IPTU (imposto sobre propriedade territorial urbana) e o Projeto de Lei nº 544/17, que altera os Valores Unitários Padrão (VUP), com impacto sobre o IPTU. A nova legislação sobre o tributo autoriza a prefeitura também a executar o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), para quem tem dívidas de IPTU até o exercício 2017. A LOA é de R\$ 7,3 bilhões.

De acordo com o prefeito ACM Neto, mais de 243 mil contribuintes poderão ser beneficiados com o parcelamento. O PPI prevê a dispensa de 100% das multas e juros e 75% dos honorários para pagamento do débito à vista. Ou ainda liberação total dos juros e 50% das multas e honorários para quem optar pelo parcelamento do débito de IPTU em até 60 meses. Do total de possíveis contribuintes beneficiados, 24 mil são proprietários de terrenos na cidade. Salvador possui cerca de 600 mil contribuintes de IPTU.

ACM Neto agradeceu o "empenho" dos vereadores. "A Câmara

demonstrou mais uma vez responsabilidade com a cidade. Com esse projeto, todos vão ganhar. O contribuinte terá a oportunidade de regularizar seus débitos. E a prefeitura poderá arrecadar mais do que em 2017, investindo esses recursos em áreas essenciais, como saúde e educação", afirmou o prefeito. Em nota à imprensa, ele lembrou que a arrecadação municipal tem crescido desde 2013, "mesmo no período de crise econômica nacional". O VUP foi aprovado com 32 votos favoráveis - incluindo dois de vereadores da bancada de oposição - e 10 contrários. O projeto que prevê o parcelamento do IPTU foi aprovado com 32 votos a favor e nove contra. A LOA foi aprovada também 29 sufrágios favoráveis.

A primeira emenda atualiza o VUP do Loteamento Marisol, localizado em Ipitanga. Os moradores reclamavam de distorções na cobrança do IPTU após a mudança do endereço do local de Lauro de Freitas para Salvador. Em alguns casos, o aumento chegou a 4000%. "Essa emenda é resultado do apelo feito pela vereadora Aladilce Souza (PCdoB) e que a Secretaria da Fazenda se comprometeu a atender. Faz uma correção importante para os moradores dessa localidade", pontuou o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, vereador Paulo Magalhães (PV).

Foto: Antonio Queirós



OS VEREADORES aprovaram três projetos do Executivo ontem, na Câmara Municipal de Salvador

Bancadas divergem sobre transparência

Em entrevista à Tribuna, o líder da bancada da minoria, vereador José Trindade (PSL), afirmou que a oposição se posicionou contra as matérias porque faltou transparência em todas, até mesmo no orçamento. "Os projetos foram apresentados e votados mais uma vez sem esclarecimento aos vereadores e à população. Esse projeto do parcelamento do IPTU foi enviado pelo prefeito na sexta-feira, e nós só tivemos conhecimento ontem (segunda-feira, dia 18). O outro que mexe nos valores do IPTU também deixa de fora imóveis novos. Muitos cidadãos vão deixar de ser contemplados. Esses projetos contrariam a lei orgânica do município, porque não dizem o impacto que essas reduções de valores terão no orçamen-

to. Nem mesmo o orçamento aprovado hoje tem essa explicação. O prefeito está fazendo tudo na base de o que ocorrer". Somente neste ano ele já mandou à Câmara oito projetos que alteram o código tributário da cidade, o que revela total inexperience administrativa", afirmou Trindade.

Da base do prefeito, Felipe Lucas (PMDB) lamentou a "falta de proposição" da minoria. Também em entrevista à Tribuna, ele afirmou que a bancada "se posiciona contra a cidade". "Ao contrário do que eles dizem, faltou o estudo sobre o projeto por parte dos vereadores. O papel deles é tentar obstruir tudo que visa melhorar a qualidade de vida dos soteropolitanos. Eles são contra por ser contra. Simplesmente". (RF)